

A televisão e a comunidade surda: um olhar sobre as diferenças

Television x Deaf community: A look of the media inclusion

Wolney Gomes Almeida

Graduado em Comunicação Social, mestrando em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz/BA. Orientador: Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga.

E-mail: wolney_22@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo trata da relação existente entre a Comunidade Surda e a mídia televisiva, principalmente no que diz respeito à acessibilidade desse grupo social ao meio, diante das limitações comunicacionais evidenciadas. As bases dos Estudos Culturais trazidas por Stuart Hall e defendidas, juntamente com os Estudos Surdos, por Skliar e Nidia Sá são trazidas como suporte teórico, sobretudo na perspectiva do olhar sobre a Identidade Cultural e a Diferença. Assim, observa-se a Comunidade Surda a partir de sua representação social e cultural.

Palavras-chave: Televisão, Comunidade Surda, Inclusão.

Introdução

Levantar questionamentos que norteiam o caráter social inerente aos meios de comunicação, sobretudo ao meio televisivo, originou-se a partir da interação com um grupo social minoritário, que encontra na ausência de som uma constante barreira para que a comunicação seja real e efetiva. Levando em consideração que essa Comunidade Surda representa grande número na população brasileira, tornou-se pertinente observar essa relação dialógica entre quem faz a televisão e quem a consome, numa óptica socioantropológica da Surdez. Assim, não foi difícil encontrar questões incômodas quanto à acessibilidade dos Surdos ao produto midiático televisivo, que se propõe, como meio social, atender à sociedade.

Desconfiou-se que outros elementos institucionais, assim como a Família e a Escola, são importantes formadores sociais e, por isso, também responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo, social e político dos Surdos, para que estes sejam inseridos na sociedade e possam exercer esse papel de cidadãos consumidores também dos meios de comunicação.

Considerando o *input* (nível de

conhecimento) lingüístico dos Surdos, a Língua Portuguesa é um elemento que implica nos processos de aquisição de conhecimento, visto que a educação, nos processos de inclusão social, ainda passa por estágios primários de desenvolvimento.

Assim, importante se fez indagar: os Surdos da cidade de Itabuna têm acesso às informações transmitidas pela televisão? Eles fazem parte da população telespectadora, se identificando com a programação exibida e sendo enxergados como um público com as mesmas necessidades sociais que os ouvintes, porém, com elementos físicos e culturais que os fazem “diferentes”?

Surdez: uma questão de diferença e identidade cultural

Uma das questões bastante discutidas no mundo contemporâneo são as relações de poderes e saberes operantes nas sociedades humanas. Contudo, quem tem sido o ator, o protagonista e o antagonista é a própria sociedade, quando atuam ou sofrem com as opressões sociais e culturais, sobretudo nos processos de midiatização em que as sociedades humanas estão inseridas. E, nesse jogo

de poderes, observa-se o assujeitamento dos “diferentes”, em sua dimensão social, política, econômica e cultural. E nesse contexto estão os Surdos, sujeitos à margem da sociedade e vetados dos seus direitos e possibilidades de escolhas e análises.

Dentre as várias transformações e questionamentos que a sociedade tem experimentado, mediante as discussões contemporâneas e tendo a globalização como “pano de fundo”, a Identidade Cultural e a Diferença se apresentam em destaque diante das afirmações e reconstruções que a sociedade vem sofrendo.

Com base nas análises de Stuart Hall (2000), referendado pelos Estudos Culturais, pode-se definir a identidade segundo uma relação de positividade, em que “aquilo que sou” identifica as propriedades deste “eu” de que se fala, mas que também identifica “aquilo que não sou”, legitimando a diferença, a diversidade, a alteridade. Sendo assim, a identidade e a diferença estabelecem uma relação de dependência. Uma ou a outra não se esgota em si mesma. Quando alguém afirma “eu sou brasileiro”, faz-se definido o conhecimento de que esse alguém não é argentino, chinês ou peruano. O mesmo quanto ao negro, que se afirma como não sendo branco ou índio. Assim, quando alguém afirma “ser ouvinte”, nota-se a presença de um ser que não ouve. Para Hall (1999), as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto mediante sistemas simbólicos de representação quanto por formas de exclusão social.

A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos sociais reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais (HALL, 2000:14).

É com base nesta perspectiva cultural de identidade e diferença que, para Nídia Sá (1999), os Surdos são identificados e reconhecidos, uma vez que a sociedade (ouvinte) possui repertórios interpretativos construídos durante um longo tempo, instituindo “poderes” que não atendem aos interesses dos Surdos. A autora observa que a sociedade enxerga a surdez como uma deficiência que deve ser abolida, tratada por meio dos “consertos” neurocirúrgicos prometidos pela medicina, seja na engenharia genética ou pela prevenção de doenças. A surdez, nessa óptica, é vista como um mal contagioso, como resultado da pobreza e das más condições sanitárias, da falta de cuidados médicos, ou, muitas vezes, como castigo e punição.

Desta forma, para a autora, os grupos de Surdos têm sido excluídos e estigmatizados. Segundo Sá (2002), os Surdos tornam-se desvalorizados, seja no seu universo cultural, seja nas estratégias de sobrevivência, ou ainda em seus valores e características de seu comportamento.

Suas formas de agir, de pensar, de comunicar, de sentir, de dizer, têm sido negadas ao longo da história. Impôs-se a eles um modelo que jamais poderiam alcançar: *o padrão de ter que ser o que não são* (SÁ, 2002: 355).

Vê-se, assim, o menosprezo ao saber e à cultura dos Surdos. Vê-se o não entendimento da surdez como uma diferença legítima. Diferença esta que Sá (2002) localiza não apenas no corpo, no ouvido, na audição, no cérebro, na patologia, mas sim, deve ser entendida como uma diferença política e cultural. E essa legitimação política dos Surdos como identidade cultural se evidencia numa produção de ordem e deliberação da força identitária, que, segundo Sodré,

a essência do político está no

poder de decisão entre “nós” e o “outro”, entre o que significa “amigo” e “inimigo”. A política abrange a esfera das decisões sobre o que é compatível com nossa forma de existência e com a reprodução de nós mesmos enquanto grupo autônomo, dotado de identidade própria (1994:114).

Os Estudos Culturais estão centrados numa análise da cultura como forma global de vida ou como experiência vivida de um grupo social. Sá (2000:83) identifica a produção de significados e situa a cultura num campo de jogo de poderes. Para ela, a cultura é um campo de produção de significados, nos quais diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla.

Sendo assim, o que constitui a sociedade são os fenômenos culturais heterogêneos. E é sobre essa análise que os Estudos Culturais identificam a cultura como conflitiva e a diferença como fruto da luta por poderes e significados. Assim o é quando se fala em Cultura Surda, pois, tendo em vista os Estudos Culturais, a cultura dos Surdos é visualizada como uma das formas globais de vida ou como uma das formas globais de luta.

A cultura surda é como uma subcultura, e há práticas de resistência que se dão através desta subcultura específica. Nesta perspectiva, a cultura dos surdos é entendida como um campo de luta entre diferentes grupos sociais, em torno da significação do que sejam a surdez e os surdos no contexto social global (SÁ, 2002: 84).

Para a autora, é com referência aos aspectos discursivos de poderes que cabe identificar os Surdos, que, como pessoas impossibilitadas de acesso

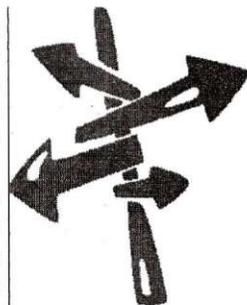
natural à comunidade majoritária, formam uma *minoría* diferente, com específicas características lingüísticas, cognitivas, culturais e comunitárias. Trata-se da identidade da Comunidade Surda.

Ligado à realidade dos Surdos, o que os conceitua e define como *minoría* é explicado pelo próprio conceito trazido por O’Sullivan (2001:156): “grupo associado à ausência de poder”. Assim, não se trata de um sentido de quantidade, de termos numéricos, embora seja possível associar quantidade com inferioridade e superioridade. O que se refere aqui abarca as questões de valores, convicções e percepções compartilhadas por grupos minoritários. O autor acrescenta que “as minorias movem-se da aceitação à rejeição, apoiadas na realização de uma base de poder fraca e no ressentimento de tal desigualdade” (2001:156).

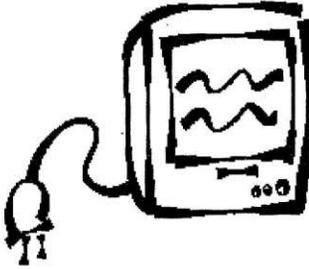
E são justamente as interpretações teóricas desta pesquisa que nortearão as relações de poderes existentes sobre a cultura Surda – minoritária – e as construções discursivas que definem e determinam como são as pessoas e como é a sociedade, já que não se pode entender as relações sociais fora dos entrelaces dos poderes e saberes sociais.

Os Surdos e a Língua de Sinais

É importante salientar que a Comunidade Surda, reconhecida como minoria e, acima de tudo, como um grupo social com cultura e identidade próprias, tem como principal fator de integração o uso de uma língua particular. Segundo Sá (2000:85), “o que é ‘evidência básica’ para pertencer à comunidade surda, é o uso da língua de sinais”. Para ela, a identidade de um indivíduo se constrói *na e através da* língua, pelo valor que ela tem como um



instrumento de comunicação, de troca, de reflexão, de crítica, de posicionamento.



Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si (SÁ, 2002:106).

É fato que a questão quantitativa inerente ao uso da língua de sinais faz com que os Surdos sejam vistos, muitas vezes, como minoria lingüística. E o fator qualitativo também influi no que diz respeito às desvantagens sociais em que os Surdos estão submetidos, por não falarem a língua majoritária – a língua oral. E, diante dessa díade quantidade/qualidade, o que vale ressaltar é o pensamento e o reconhecimento da língua de sinais, não como pior, ou melhor, que as outras línguas, mas simplesmente como usual para os Surdos. Nesta óptica, Sá defende a diferença da língua de sinais, atribuída pelo seu desenvolvimento entre os Surdos como uma língua natural, complexa, abstrata, numa modalidade de recepção de produção distinta da que utilizam os ouvintes: a modalidade viso-gestual. E, segundo ela, “os estudos científicos realizados na área da lingüística já determinaram que a língua de sinais cumpre todas as funções de uma língua natural” (2000:107).

E ao fazer referência a essa *língua natural*, Sá a define como:

Uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que é transmitida de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente – com o passar do tempo. Ora, qualquer língua pode ser considerada como tal,

independente da modalidade que utiliza (2000:108).

Se essa língua natural dos Surdos já é reconhecida pelos estudos científicos no campo da lingüística, outro fator que a faz ainda mais legitimada e, por isso, apta para ser reconhecida por todos os componentes sociais, inclusive pelos meios de comunicação, é o reconhecimento legal.

O decreto dessa lei reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais para transmissão de idéias e fatos oriundos da Comunidade Surda do Brasil. A esta deve ser garantido, pelo poder público, o apoio e a difusão da Libras como meio de comunicação. Com base nisto, o que se pretende é visualizar o tratamento dado pelo meio de comunicação televisivo, meio difusor de idéias, fatos e realidades, para essa parcela da população que possui e precisa de uma língua própria para poder efetivar a comunicação.

Diante destes reconhecimentos, é importante salientar e entender que o acesso e o uso da língua de sinais garantem aos Surdos, de modo satisfatório, o funcionamento simbólico-cognitivo. Também se torna importante por colaborar no processo de construção de sua identidade, em todos os aspectos: lingüístico, cognitivo e social. E, principalmente, porque os Surdos têm na *visão* o canal de comunicação e aprendizagem.

Uma distinção importante que Saussure faz é a que separa língua e fala. Para ele, a língua é um sistema abstrato, um fato social geral, virtual; a fala, ao contrário, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo crucial e variável (ORLANDI, 1992: 24).

Assim, a importância da linguagem e da língua deve estar no reconhecimento e na legitimidade de

quem as possui e das quais é usuário.

Ter um olhar sobre as diferenças significa, para Sá (2000), a criação das condições para que todas as pessoas participem da criação e recriação de significados e valores.

Cabe o questionamento se os meios de comunicação, em destaque a televisão, têm olhado para as diferenças. É a partir desse olhar que poderá ser oportunizado aos Surdos a criação e recriação de seus valores, do auto-reconhecimento, como possuidores de uma cultura e de uma identidade, e, sobretudo, serem considerados em suas condições lingüístico-cognitiva e social.

A televisão e seus interesses

O estudo sobre a televisão e seu funcionamento é norteado por uma complexidade muito grande no que diz respeito aos interesses e motivações que impulsionam o meio televisivo. As motivações a respeito do “fazer” televisivo não podem ser delineadas rigorosamente por fatores únicos e isolados, mas por contextos e direcionamentos distintos a respeito da complexa realidade e suas determinações múltiplas.

Abordando o viés econômico e cultural da televisão, não os considerando como fatores exclusivos, como já dito anteriormente, são fatores que, por sua vez, contribuem para um dos diversos entendimentos sobre a televisão e seu funcionamento.

Levando em consideração o sistema capitalista e mercadológico como “pano de fundo” para a contextualização da televisão, o seu surgimento no Brasil apresenta um caráter de continuidade para que o capital encontre espaço em seu objetivo de produção. E esse sistema capitalista que envolve a televisão abrange desde a indústria eletroeletrônica, com seus interesses de

vender os aparelhos receptores para o mercado; passa por todo contexto histórico, econômico e político dos donos e produtores; abarca o processo de valorização, mediante a publicidade e o marketing dos produtos tanto mercadológicos quanto simbólicos; e chega à sua aplicação, pela da indústria cultural, a todas as camadas da sociedade, como é de seu interesse.

O que se passa na televisão é determinado pelas pessoas que a possuem, pelos anunciantes que pagam a publicidade, pelo Estado que dá subvenções, e se soubéssemos, sobre uma emissora de televisão, apenas o nome do proprietário, a parcela dos diferentes anunciantes no orçamento e o montante das subvenções, não compreenderíamos grande coisa (BOURDIEU, 1997: 19,20).

Nesta mesma perspectiva, Pierre Bourdieu (1997) atribui, sobre a televisão, a existência de uma censura econômica promovida por uma pressão. Segundo ele, a televisão torna-se um instrumento da ordem simbólica. E, assim, fica claro entender como o imperativo econômico influi sobre o que rege a televisão e seus interesses.

A Televisão e os Surdos

Os discursos midiáticos, bem como todos os discursos, são fatalmente resultados de práticas sociais e suas relações de poder. Segundo Hall (1997), os discursos são produzidos a partir da atuação dos indivíduos na produção de significados e de relações sociais, construindo, além disso, valores, crenças que emergem do individual, do modo de pensar e de agir sobre o mundo.

O poder e os interesses econômicos que nortearam o surgimento da televisão no Brasil e que ainda regem

o desenvolvimento da mídia televisiva nos dias atuais são reflexos do tratamento dado pela mídia às minorias sociais, uma vez que o interesse primordial das chamadas TVs comerciais é formar um público consumidor de sua publicidade.

Para Thoma (1998), a televisão tem mantido um olhar sobre a Surdez e sobre os Surdos mediante uma herança deixada pelo campo da medicina, da pedagogia, da filosofia, em que os Surdos são vistos como seres inabilitados, deficientes, prisioneiros do silêncio. Embora essas ciências, principalmente o campo pedagógico, venham lutando e abrindo os olhos para as diferenças, ainda se pode observar os resquícios deixados na mídia televisiva sobre a falta de conhecimento e de reconhecimento sobre os Surdos como um grupo de sujeitos que pertencem a uma comunidade cultural e linguisticamente distinta.

Esses resquícios não estão sendo observados somente sobre como a mídia televisiva vê os Surdos e a surdez, mas, sobretudo, a respeito de como os tem tratado, diante de suas necessidades especiais, para que sejam enxergados na sociedade e pela sociedade como indivíduos consumidores do meio televisivo, seja abarcando a sua construção sobre um mercado consumidor, seja como um grupo ideologicamente ativo, que mantém condições para dialogar com o meio numa relação de produtores e consumidores.

Se os Surdos são desconsiderados, muitas vezes, do contexto social perante a televisão por serem pessoas “prisioneiras do silêncio”, onde estaria o respeito às diferenças? Ao reconhecimento da cultura Surda, sua língua, sua realidade de vida?

Informação e Poder

Boa parte da programação que

ocupa a grade televisiva é composta por programas informativos. Mesmo nas redes de televisão de caráter comercial, a informação é um elemento de grande importância que compõe e sustenta os interesses dos donos do meio televisivo. As pessoas compram informações quando estão diante de uma TV. E, com os programas de entretenimento e informativos, os telejornais, os documentários, ou qualquer que seja o programa de caráter educacional, os donos dessa televisão vendem informações. Informações políticas, econômicas, sociais, ideológicas, que compõem a realidade humana e traçam para a sociedade as condições de decisão sobre a informação que vai incidir sobre seus conhecimentos e desejos. Ferrés (1998) destaca que essas decisões se baseiam nas imagens mentais que o sujeito possui sobre a realidade, que, por sua vez, provém dos meios de massa. E que a televisão é um dos principais meios que constroem as imagens mentais no homem, que com elas, percebe o mundo com um olhar que não é o seu.

Se a pessoa toma as suas decisões em função do conhecimento que tem da realidade e de suas expectativas diante da mesma, qualquer informação que lhe seja dada sobre a realidade terá uma influência decisiva nas suas decisões. Por isto, a informação é poder. (FERRÉS, 1998:157)

Ferres (1998) afirma também que a televisão, cada vez mais, é possuidora da informação. E quem tem informação tem poder. É por meio da televisão que a humanidade conhece e interpreta a realidade social, cultural e política. E é à frente desse meio que grande parte, se couber dizer a maioria, da população se veste por horas de “cidadãos telespectadores”. Uma pesquisa feita por uma universidade norte-americana da Flórida mostra que

nove de cada dez pessoas no mundo assistem à vida pelas imagens que lhes são oferecidas pela televisão ou pelo cinema de Hollywood (DEBRAY, 1994:289).

Se a informação é poder, portanto, os patronos dos meios de comunicação certamente exercem influência sobre *o quê* informar, *como* informar e, principalmente, *para quem* informar. Esses comunicadores têm em suas mãos a possibilidade de mostrar aquilo que lhes convém, para quem lhes interessar, fazendo com que a população tenha acesso à informação, muito embora sem saber que, por vezes, esse acesso é a uma realidade fragmentada ou descontextualizada.

Pode parecer mais fácil enganar uma pessoa desinformada do que uma pessoa com alguma informação porque a primeira não possui dados que possam orientar as suas decisões. Mas cabe a possibilidade de enganar o informado, dando-lhe informações erradas. Ou simplesmente informações parciais, ou seja, ocultando dados essenciais. O engano será mais eficaz porque o sujeito terá a convicção de ser informado (FERRÉS, *ibidem*, p.160).

Assim, não apenas a informação é poder, mas há relações de poderes para que elas sejam transmitidas. E a imagem que o cidadão constrói da realidade torna-se condicionada pelos interesses dominantes.

Tratar desse assunto objetiva traçar uma análise sobre a relação Televisão x Comunidade Surda, no que diz respeito ao acesso à informação e, conseqüentemente, à construção das imagens sociais oportunizadas aos Surdos para que estes tenham decisões conscientes, e não excludentes no meio social.

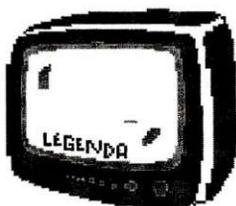


A primeira colocação que nos cabe diz respeito ao acesso à informação relacionada com a hegemonia lingüística imposta pela televisão. Se o Surdo é pertencente a uma comunidade com características culturais próprias, e uma das marcas identificadas pela sua identidade é a sua língua, como ter acesso à informação usando uma língua que não a sua?

Quando Muniz Sodré (1998) argumenta sobre a violência referente aos meios de comunicação, ele visualiza que, para a crescente maioria das populações, a televisão é o contrário da violência; é um fascinante conforto, pois informa, diverte e instrui.

Violência será, para eles, a violação imediata de valores ou leis e não a coisificação, pouco visível, das consciências, por dispositivos de mercado. O que sensibiliza é o ato de violência, e não qualquer situação institucional ou cultural que pudesse se caracterizar como um estado de violência (1994: 107,108).

Portanto, pode ser questionável o tratamento dado às comunidades Surdas diante da hegemonia do mercado de massa, quando, para elas,



a televisão deixa de informar, de instruir e de divertir. Não seria, portanto, uma forma de violência cultural – sobre a qual Sodré adverte e que coisifica a consciência dos Surdos?

Sem perder o foco da relação entre os meios de comunicação e a sociedade Surda, podemos ainda lembrar que a escola, como Instituição, ainda está num processo embrionário de inclusão social e a realidade da maioria dos Surdos no Brasil é a da falta de acesso a uma educação eficaz, que possa formá-los com competência cognitiva e lingüística. Porém, o que ainda se observa na sociedade, nas escolas e nos meios de comunicação é o que Skliar (1998) chama de produção de “surdos aceitáveis pela sociedade ouvinte”, ou o que Lunarde (1998) denomina “ouvintização”. A televisão continua impondo condições técnicas, ideológicas, sociais, que não condizem com a realidade da cultura Surda.

Se os Surdos dispõem de uma língua completa e legitimada, e, com ela, o canal para uma comunicação eficaz, espera-se que o interesse da televisão em tornar a Comunidade Surda um público consumidor e que esse público exerça seu direito à informação e ao lazer se torne uma realidade.

Alguns recursos técnicos foram desenvolvidos no intuito de proporcionar o acesso dos surdos à informação, como o sistema de *Closed Caption*. O *Closed Caption* consiste na transmissão de um sinal de texto codificado dentro da imagem, visualizada na tela dos televisores de forma opcional. Além da reprodução sob forma de texto (subtítulos), esse sistema inclui detalhes descritivos dos sons ambientais.

Nesse sistema de *Closed Caption*, as legendas podem ser pré-

produzidas (quando há disponibilidade de tempo na produção) ou em tempo real (normalmente, no caso das transmissões jornalísticas. Nesse caso, usa-se um teclado especial para rápida digitação do texto falado).

Diante desses programas em que legendas ocultas são utilizadas para atender principalmente aos ditos “deficientes auditivos”, estes necessitam ter domínio da Língua Portuguesa para acompanhar a leitura rápida das legendas e decodificar as informações em uma língua estrangeira. Para os Surdos que foram “criados para a sociedade ouvinte” e que passaram pelo processo de “ouvintização”, o sistema de *Closed Caption* é eficaz e produz de fato um rompimento da barreira comunicacional. Porém, a realidade da maior parte dos Surdos no Brasil é diferente, e o acesso e domínio da Língua Portuguesa ainda não se efetivaram nem pelos meios educacionais formais nem pela família, e muito menos o será com as legendas ocultas.

Outro recurso técnico, porém, raramente visto nas programações de televisão é o quadro *picture – in – picture*, reservado para a tradução em Língua de Sinais. Esse recurso atenderia aos Surdos que não têm o domínio da Língua Portuguesa, mas que dominam a sua língua materna – o que condiz com a realidade da maioria da população Surda.

As pesquisas referentes a esse recurso foram limitadas, uma vez que se trata de um material ainda não explorado em bibliografias e/ou pesquisas de campo. Contudo, pode-se defini-lo como um quadro reservado para um intérprete em Libras, que é exibido simultaneamente à programação normal. Dessa forma, os Surdos podem acompanhar as imagens tratadas na exibição do programa e,

ao mesmo tempo, visualizar as informações em sua língua, apresentadas pelo tradutor.

Se o interesse da televisão é vender produtos, mesmo que simbólicos ou publicitários, se não é interesse substituir o papel da Escola (embora eduque), se o interesse é entreter seu público para ganhar audiência, por que não proporcionar aos Surdos o direito à participação desse mercado e, acima de tudo, o de construir uma sociedade que respeite as diferenças?

Abstract

This research tell us about the relationship between the Deaf community and the TV media, mainly about accessibility from these social group to the media, observing the evidence of the communication lack between them. The basis of Cultural Studies by Stuart Hall and the Deaf Studies by Skliar and Nidia Sá brought to us a theoretical support to research, from a special look of the Cultural Identity and the Difference. So, we can observe the Deaf community from its social cultural representation.

Keywords: Television; Deaf Community; Inclusion.

Referência

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*/ Aidil de Jesus Paes de Barros, Neide Aparecida de Souza Leheld. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERNADINO, Elidéa Lúcia. *Absurdo ou Lógica?* Os surdos e sua produção lingüística. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Língua Brasileira de Sinais*. Volume 3. Brasília: SEESP, 1997.

CAPPARELLI, Sergio. LIMA, Vinício A. de. *Comunicação e televisão: Desafios da pós-globalização*. SP: Ed. Hacker, 2004.

Comunicação &... ().

DEBRAY, Régis. *Vida e Morte da imagem: uma história do olhar no ocidente; tradução de Guilherme Teixeira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FERRÉS, Joan. *Televisão Subliminar – Socializando através de Comunicações*

Despercebidas. Trad. Ernani Rosa e Beatriz A. Neves. Porto Alegre: Armed, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em comunicação*. 6ª ed. SP: Loyola, 2001.

MATOS, Maria Izabel Freitas de. *A relação imagem visual-surdez*. (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2000.

O'SULLIVAN, Tim. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

ORLANDI, Eni. *O que é lingüística*. Coleção Primeiros Passos. SP: Brasiliense, 1992.

QUADROS, Ronice Muler de. *Educação de surdos: a aquisição de linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Nidia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: EDUA, Comped, INEP, 2002.

_____. *Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado*. São Paulo: Hacker Editora, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: _____. *Educação e Exclusão*. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998. p; 7-32.

SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1994.

THOMA, Adriana da Silva. *Surdos: esse "outro" de que fala a mídia*. In: *Surdez: Um olhar sobre as diferenças*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Data do recebimento: 22/02/2006

Data do aceite: 17/04/2006

